

Componente: Programas Regionais de Recursos Hídricos**Programa IX: Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, incluindo as Áreas Úmidas****Introdução:**

No âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Programa IX - Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, incluindo as Áreas Úmidas – está inserido no terceiro componente, que expressa ações em espaços territoriais cujas peculiaridades ambientais, regionais ou tipologias de problemas relacionados à água conduzem a um outro recorte, onde os limites não necessariamente coincidem com o de uma bacia hidrográfica, e que necessitam de programas concernentes à especificidade de seus problemas. São as chamadas “situações especiais de planejamento”.

Em conformidade com o volume 4 do PNRH, referente aos Programas Nacionais e Metas, entende-se o detalhamento operacional dos Programas como atividade prioritária, posto que tais ações estão inseridas dentro do horizonte emergencial de implementação do Plano.

A temática relacionada com a necessidade de articulação da gestão de recursos hídricos com a gestão costeira vêm assumindo especial relevância entre os atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, incluindo a criação, em 2005, da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST – no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. Atualmente, um dos pontos de trabalho daquela Câmara é a discussão de diretrizes para integração da gestão de recursos hídricos com o gerenciamento costeiro, estando amplamente relacionado com a temática deste Programa IX do PNRH.

Contexto e justificativas:

A região costeira caracteriza-se pela relevância ambiental dos seus ecossistemas que, via de regra, contrasta com a significativa ocupação humana. Ademais, na perspectiva dos recursos hídricos, o ambiente costeiro está sujeito aos efeitos decorrentes das ações humanas empreendidas para montante, nas bacias hidrográficas que compõem a drenagem exorréica.

Questões como erosão costeira, modelagem do transporte de sedimentos e, mais particularmente, do aporte de sedimentos, recuperação de praias, os efeitos negativos da urbanização descontrolada nas regiões litorâneas (dentre as quais a poluição dos corpos hídricos, a impermeabilização do solo urbano, as inundações e a destruição dos mangues) têm recebido crescente atenção dos especialistas, especialmente diante da maior concentração populacional na faixa litorânea do país, tendência que também se observa mundialmente.

A faixa costeira é uma interface natural das águas doces continentais com as águas salgadas litorâneas, abrangendo a cunha salina que avança e recua, ao sabor das mares e das ações antrópicas. É palco da atuação das prefeituras municipais, governos estaduais e da União. Nela operam diversos Ministérios, como o da Marinha, Transportes, Cidades, Integração, Meio Ambiente, Planejamento, Energia, cada um com suas políticas, programas, visões e prioridades que, em muitos casos, desconhecem os conduzidos pelos demais órgãos envolvidos.

Falta um espaço onde estas ações sejam articuladas e integradas, as informações sejam intercambiadas, o conhecimento assim produzido seja tempestivamente acolhido nos

planos e programas setoriais e uma nova cultura intersetorial entre os que se encontram direta ou indiretamente envolvidos seja estabelecida e internalizada.

No contexto brasileiro, a gestão do espaço costeiro e a gestão dos recursos hídricos de um modo geral são disciplinados por instrumentos diversos, submetidos em cada caso aos seus respectivos sistemas e atendendo a arranjos institucionais específicos de cada caso. Assim vigoram, sobre o mesmo espaço geográfico, regulamentos próprios de cada sistema de gestão e que não foram necessariamente concebidos de maneira articulada.

A Lei Federal 9.433/97 dispõe (art. 3º, inc. III e VI) como diretrizes gerais para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos “a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental” e “a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras”. Esta previsão legal encontra-se refletida no Plano Nacional de Recursos Hídricos, nas seguintes macrodiretrizes que orientam a estruturação dos programas regionais:

1 - detalhar, oportunamente, os programas regionais em termos do ordenamento das ações e atividades necessárias a cada unidade de intervenção, contemplando: (a) modelos institucionais de gestão apropriados à natureza dos problemas a enfrentar; (b) ênfases e prioridades na implantação de instrumentos de gestão de recursos hídricos, próprios a cada região; e, (c) intervenções físicas estruturais de cunho regional, destinadas à recuperação das disponibilidades hídricas, em quantidade e qualidade, e à sua conservação e aproveitamento de forma ambientalmente sustentável;

2 - considerar que as unidades geográficas prioritárias para fins de estruturação de programas regionais são: (i) aquíferos estratégicos; (ii) zonas costeiras; (iii) Amazônia; (iv) Pantanal; e, (v) Semi-árido brasileiro.

Já o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro tem entre seus princípios fundamentais a observância da Política Nacional de Meio Ambiente e da Política Nacional para os Recursos do Mar, de forma articulada com as demais políticas incidentes na sua área de abrangência e atuação, enquanto que o Plano de Ação Federal da Zona Costeira - PAF (Resolução da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM nº 07, de 2005) prevê o planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na Zona Costeira;

Neste contexto, onde ambos os sistemas, em seus diplomas legais, explicitam diretrizes voltadas para a integração, faz-se necessária a implementação de um processo de avaliação que culmine com a consolidação de um espaço de articulação entre a gestão de recursos hídricos e a gestão costeira, visando tratar adequadamente as interfaces existentes entre ambas e harmonizar o exercício de suas respectivas competências, concorrentes sobre um espaço que lhes é comum.

Ambos os sistemas são também afetados por diversos ordenamentos setoriais que produzem ações isoladas. Um conhecimento do arranjo institucional de todos os setores com ações na faixa costeira é igualmente imprescindível, assim como sua participação e contribuição para a construção do Programa IX.

Conceitos e Diretrizes:

Em termos gerais, o presente Programa deve considerar os pressupostos típicos da integração entre ações ou instrumentos afetos a dois sistemas autônomos, institucionalmente estruturados e politicamente articulados, cujas competências são complementares. Neste sentido, destacam-se e devem ser observados os conceitos de sinergia, cooperação, reciprocidade, redução de barreiras, estímulo à troca de informações, assimilação mútua de influências, harmonia na aplicação de leis, regulamentos ou padrões, e as possibilidades de implementação de iniciativas comuns ou complementares.

Para que a articulação ou integração ocorra em bases sustentáveis, deve-se ainda estabelecer requisitos que permitam minimizar os riscos de transferências de ônus entre os entes de ambos os sistemas, bem como evitar a apropriação indevida das competências de um Sistema pelo outro, assegurando a cada um a necessária independência na definição das respectivas estratégias gerais de abordagem.

Neste contexto, para que os objetivos do Programa IX sejam atingidos, deverão ser observados os marcos legais e institucionais do SINGREH e do GERCO, identificando as similaridades entre ambos e as peculiaridades de cada um, com vistas a construir os espaços institucionais de articulação ou integração.

Por fim, o espaço geográfico preferencial de integração será aquele onde se observa a complementaridade de competências quanto à gestão, representado pela área de efetiva interseção entre as bacias hidrográficas e a zona costeira, sendo ampliado para além destes limites quando peculiaridades observadas em cada caso ou mesmo a abrangência de ações de interesse comum assim o justificarem.

Objetivo geral e objetivos específicos:

O objetivo principal deste programa, mediante o estudo detalhado de atores e instituições que têm competências relativas à gestão de recursos hídricos e gerenciamento costeiro, é a análise estratégica desses quadros – institucional e de atores – identificando pontos de contato, de convergência e divergência, com vistas a desenhar uma sistemática que permita a efetiva integração entre as duas gestões.

Objetivos específicos:

- Estabelecer a caracterização institucional e a leitura estratégica dos múltiplos atores que compõem e intervêm nessas gestões, inserindo-os no processo de integração;
- Estabelecer uma plataforma de negociação, buscando a integração, a ser construída por meio de mesas negociais;
- Definição/elaboração de fluxo institucional que viabilize um espaço ou arena, reconhecida pelos seus atores-partícipes, para a efetiva integração das duas gestões;
- Obter um protocolo de implementação da integração a ser observado por todos os atores-partícipes.

Área de Abrangência e Beneficiários:

A área de abrangência é a totalidade da zona costeira brasileira, sendo diretamente beneficiadas as populações que a ocupam.

Ações ou atividades a desenvolver:

As atividades a desenvolver pela ANA e SRHU, preferencialmente contando com o apoio técnico de um consultor especializado na temática, são as seguintes:

Avaliação do Quadro Institucional

Levantamento e estruturação de quadro institucional relativos às interfaces entre a gestão de recursos hídricos e o gerenciamento costeiro, incluindo as áreas úmidas, de forma a estabelecer os pontos de contato, eventuais competências concorrentes, superposições ou lacunas institucionais. O relatório será constituído por texto, gráficos e diagramas.

Atores e segmentos estratégicos

Mapeamento dos atores principais e intervenientes no escopo do Programa, incluindo entrevistas com órgãos e entidades das unidades federadas. Análise dos atores envolvidos e respectivas responsabilidades de seus órgãos ou entidades, no que se refere ao escopo do Programa.

Mesas de Negociação

Estruturação de mesas de negociação, envolvendo os atores previamente identificados, com a finalidade de estabelecer como resultado, um protocolo que integre a gestão de recursos hídricos com o gerenciamento costeiro.

Fluxo institucional e protocolo para a integração das gestões

Definição do fluxo institucional para a efetiva implementação do Programa IX, esclarecendo como os procedimentos para a integração poderão funcionar. Deste fluxo será formatado um protocolo, a partir das negociações e consensos construídos com os diversos atores envolvidos nas respectivas mesas ao longo do processo de desenvolvimento do programa.

Estratégias adaptativas

Proposição de estratégias para o aperfeiçoamento continuado da integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão costeira.

Produtos:

Para a sua elaboração deverá ser contratado um consultor com experiência na temática envolvida (planejamento estratégico, articulação institucional, formação e condução de mesas negociais).

Os produtos previstos como resultado da implementação deste programa são os seguintes:

PRODUTO 01 – Quadro Institucional: relatório contendo o levantamento e estruturação de quadro institucional relativos às interfaces entre a gestão de recursos hídricos e o gerenciamento costeiro, incluindo as áreas úmidas, de forma a estabelecer os pontos de contato, eventuais competências concorrentes, superposições ou lacunas institucionais.

PRODUTO 02 – Atores e segmentos estratégicos: relatório contemplando o mapeamento dos atores principais e intervenientes no escopo do Programa, incluindo respectivas entrevistas com órgãos e entidades das unidades federadas. Também incluirá a análise dos atores envolvidos, apresentando um quadro dos mesmos e respectivas responsabilidades de seus órgãos ou entidades, no que se refere ao escopo do Programa.

PRODUTO 03 – Estruturação de Mesas de Negociação: relatório contendo metodologia de mesas negociais, através do planejamento com os atores, com a finalidade de estabelecer como resultado, um protocolo que integre a gestão de recursos hídricos integrados ao gerenciamento costeiro, incluindo as áreas úmidas.

PRODUTO 04 - Fluxo institucional e protocolo para a integração das gestões: relatório contendo o fluxo institucional para a integração pretendida, esclarecendo como os procedimentos para a integração deverão funcionar. Deste fluxo será formatado um protocolo, a partir das negociações e consensos construídos com os diversos atores envolvidos nas respectivas mesas ao longo do processo de desenvolvimento do programa.

PRODUTO 05 – RELATÓRIO FINAL: relatório destinado a consolidar os resultados obtidos nas diversas atividades previstas para o programa, reunindo-os em um só documento que servirá de orientação para o monitoramento da integração da gestão de recursos hídricos com o gerenciamento costeiro.

Meta:

A meta principal do programa é o estabelecimento efetivo do fluxo institucional e do protocolo de integração entre a gestão de recursos hídricos e do gerenciamento costeiro, até o final do ano de 2010.

Preços e fontes de recursos

Estima-se um custo total de R\$300.000,00, com recursos oriundos do orçamento da ANA.

Cronograma Físico-Financeiro:

Atividade	1º trim. 2009	2º trim. 2009	3º trim. 2009	4º trim. 2009	1º trim. 2010
Caracterização do Quadro Institucional					
Mapeamento de atores e segmentos estratégicos					
Estruturação de mesas de negociação					
Definição do fluxo institucional e do protocolo para integração das gestões					
Consolidação da integração					

Executores e Intervenientes:

Os executores deste programa são a ANA e a SRHU/MMA, tendo como intervenientes os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, os órgãos cujas competências se relacionam direta ou indiretamente com o Gerenciamento Costeiro e demais instituições ou atores que forem identificados quando da elaboração do Produto 02.